

# Democratizar é preciso

Paulo Bastos Tigre

*Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ. Doutor em política científica e tecnológica pela Universidade de Sussex. Autor do livro Gestão da Inovação: A Economia da Tecnologia no Brasil, Editora Elsevier, 2006.*



Noel Joaquim Paíad

A sabedoria convencional entende que a inovação resulta, sobretudo, das atividades sistemáticas de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Na prática, porém, as tendências apresentadas nas quatro últimas versões da Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE (Pintec) indicam que a expansão das atividades inovativas no Brasil tem se dado com base em outras fontes de tecnologia. Indagadas sobre a importância das diferentes fontes tecnológicas para a inovação, as empresas entrevistadas confirmaram, nas sucessivas versões da Pintec, sua percepção de que a “aquisição de máquinas e equipamentos, treinamento e projetos industriais” constituem, nesta ordem, as atividades inovativas mais relevantes. A surpresa fica por conta das atividades internas de P&D que perderam, sucessivamente, importância, passando do quarto lugar no *ranking* de 2003 para quinto e sexto nas pesquisas de 2005 e 2008, respectivamente. Em seu lugar entraram a “introdução das inovações tecnológicas no mercado” e “aquisição de *software*”. Perde importância também o registro de propriedade industrial, pois apenas 7,2% das empresas que inovaram depositaram pedidos de patentes em 2008, contra 8,1% em 2000.

Este aparente paradoxo entre inovar mais (o percentual de empresas inovadoras cresceu de 33% para 38% desde 2000) e atribuir menor importância às atividades de P&D, consideradas pelo Manual de Oslo da OECD um dos principais fatores que influenciam o processo de inovação, merece reflexão à luz das novas estratégias tecnológicas adotadas pelas empresas. Mas antes de analisar as fontes de inovação preferencialmente utilizadas na indústria brasileira, vamos cotejar a percepção dos empresários com outros dados da Pintec. De 2000 a 2008, o número de empresas que declararam realizar atividades internas de P&D caiu de 7.412 (10,3% do total dos respondentes) para 4.754 (4,4%). Esta queda expressiva no número de empresas que fazem P&D confirma o fato de que a grande maioria delas vem recorrendo a outras fontes de inovação. Verificamos, por outro lado, que as atividades de P&D em si não vêm perdendo importância no país, uma vez que os investimentos médios nominais das empresas triplicaram no período e seus gastos nesta rubrica em relação à receita líquida aumentaram de 0,6% em 2000 para 0,8% em 2008. O que ocorre é que as atividades de P&D estão se concentrando em grandes empresas que respondem

hoje por 87% dos gastos em P&D contra 75,3% em 2000.

O segmento que mais aumentou sua taxa de inovação foi o das pequenas empresas, que passou de 28,6% em 2000 para 37,5% em 2008. Elas estão cada vez mais conscientes da necessidade de lançar novos produtos, adquirir *software* e equipamentos, aperfeiçoar processos produtivos e organizacionais, abrir novos mercados e obter novas fontes de suprimentos. Entretanto esta busca por maior competitividade não vem sendo feita através de iniciativas sistemáticas de P&D, mas sim por meio do aprendizado contínuo e esforços para selecionar soluções para seus problemas operacionais. Desde o advento da internet, o acesso a informações tecnológicas tornou-se mais rápido e disponível, facilitando a comunicação com fornecedores, clientes, colaboradores, universidades e centros de informação e pesquisa. Entretanto, este potencial de democratização do acesso ao conhecimento esbarra na baixa capacitação técnica das pequenas empresas para decodificar e colocar em prática as informações disponíveis. Sem conhecimento a informação não tem valor e na medida em que a capacitação técnica dos agentes econômicos evoluir, empresas ganharão novas habilidades para inovar com base no amplo estoque de conhecimento codificado disponível no ciberespaço. Da mesma forma, quanto mais livre o acesso a informações, maior será o potencial de disseminação do conhecimento. Por ser um bem não rival, a informação pode ser compartilhada por inúmeros usuários sem perda de substância.

Estes fatos indicam a necessidade de evoluir nas formas de fomentar o desenvolvimento tecnológico. O P&D continua a ser muito importante para empresas de classe mundial que aspiram a liderança ou presença importante nos mercados em que atuam. Já para as demais 95% das empresas brasileiras, muito mais importante do que apoiar o desenvolvimento de soluções originais é fomentar a difusão de tecnologias existentes. O estímulo e a disseminação das fontes abertas de conhecimento, a exemplo do *software* livre, *open innovation*, das bases de dados públicas e de centros temáticos e setoriais de pesquisa e extensão tecnológica, constituem uma alternativa muito mais promissora para o desenvolvimento do que simplesmente reforçar o velho princípio de restringir a circulação do conhecimento por meio da concessão de direitos de propriedade intelectual para garantir o monopólio – ainda que temporário – e assim estimular a inovação. ■